

Carta aos trabalhadores e à sociedade brasileira

Cerca de 500 sindicalistas, irão a Brasília, na próxima segunda-feira(11), para prestar apoio ao Presidente Lula. O Encontro será às 15 horas, no Palácio do Planalto, onde reafirmarão a denúncia do ataque da direita golpista que está tentando desestabilizar o governo. Os representantes das centrais sindicais entregarão a proposta de documento elaborado pelos sindicalistas.

Carta aos trabalhadores e à sociedade brasileira: este Presidente foi eleito por nós!

A história do povo brasileiro é uma história de cinco séculos de exploração do suor do trabalhador brasileiro, de coronelismo, ditaduras e de outros modelos de autoritarismo e populismo. Foram cinco séculos de injustiças, racismo, discriminação, geração de miséria, desemprego e concentração de renda. É este cenário secular de exploração que explica o grave processo de corrupção dos costumes políticos que, a partir das décadas recentes começou a tornar-se público e mostrar toda sua amplitude.

Nas últimas décadas, com o sacrifício de muitos de seus filhos, e liderada pelos trabalhadores, a sociedade brasileira retomou um processo de construção democrática. Este projeto acabou resultando no fim da ditadura militar e no fortalecimento da democracia. Foi dentro deste processo que, em 2002, com o apoio decisivo do movimento sindical brasileiro, conseguimos eleger um trabalhador – o companheiro Lula - para nos representar no cargo máximo da República.



No entanto, inconformados com o avanço deste nosso projeto histórico, nas últimas semanas, representantes de determinados setores, responsáveis pela fisiologia e corrupção que impera na cultura política de nossa sociedade, vêm se aproveitando de denúncias contra membros do governo e seu partido majoritário para sustentar um verdadeiro espetáculo de denunciismo cujo objetivo, mascarado pela luta contra a corrupção, é colocar um fim prematuro ao governo do primeiro trabalhador eleito Presidente da República na história da nossa Pátria, impedir sua reeleição ou tutelar seu mandato.

Diante da gravidade deste quadro, em alto e bom som, reunidos em Brasília, nesta segunda-feira, 11 de julho, dirigentes de centrais sindicais, de entidades de classe, de federações, de sindicatos e sindicalistas brasileiros, abaixo assinados, além de reafirmar a necessidade da mais ampla e profunda apuração e punição de todos os responsáveis pelos episódios de corrupção fartamente publicados, decidem denunciar à sociedade brasileira, e aos trabalhadores em especial, esta escandalosa ofensiva que tenta obstruir a construção do projeto histórico representado pelo companheiro Lula.

Tão importante quanto pedir apuração e punição dos responsáveis pela corrupção, é a continuidade deste projeto que exige antes de tudo reforçar o processo de mobilização dos trabalhadores em todo o País. E, para nós, esta mobilização deve ser construída em torno da seguinte plataforma unificada de lutas:

- Mudança da política econômica, com redução da taxa básica de juros, para gerar mais emprego e renda
- Reforma política e eleitoral democrática
- Aumentos reais de salário
- Salário mínimo digno – política de reposição de seu valor real
- Redução da jornada sem redução de salário
- Reforma sindical democrática

Acima de nossas diferentes maneiras de enxergar o mundo do trabalho e a realidade brasileira, queremos, ao concluir esta carta, reafirmar nossa disposição de arregaçar mangas em torno desta plataforma e mobilizar a sociedade brasileira em defesa das instituições democráticas e da presença de um trabalhador à frente da Nação e do Estado brasileiro. Brasília, 7 de julho de 2005

A Secretaria Geral da CUT solicita que os nomes com RG dos participantes sejam confirmados até sexta-feira(8), através do e-mail tresmondi@cut.org.br ou pelo fone 11 21089131/11 92678455 com Marcos Tresmondi.

Desvinculação de receitas da União

O presidente da CUT, Luiz Marinho, enviou carta ao presidente Lula onde manifesta a preocupação com algumas das propostas de reforma fiscal em discussão pelo governo e que vêm sendo veiculadas pela imprensa.

Ao mesmo tempo em que reconhece que a proposta do chamado "Déficit Nominal Zero" tem por objetivo "criar condições para o equilíbrio fiscal em médio prazo, com a conseqüente redução das taxas de juros e redução da dívida pública", Marinho alerta que há "grande apreensão" pois entre as medidas sugeridas está o aumento da desvinculação de receitas da União e o "congelamento", em termos reais, das despesas obrigatórias e de custeio do setor público.

ÁREAS SOCIAIS - "Sabemos que a vinculação de receitas para a área social (seguridade, saúde e educação, principalmente) foi uma conquista da Constituição de 1988. Foi a vinculação de receitas da União, Estados e Municípios que garantiu que as áreas sociais não fossem plenamente atingidas pelas políticas fiscais restritivas implementadas ao longo dos últimos quinze anos, preservando um padrão mínimo aceitável de resultados, como a universalização do ensino entre crianças de 7 a 14 anos, a implantação e consolidação do SUS e a concessão de Previdência Rural", ressalta Marinho.

FUNCIONALISMO - Na avaliação do presidente da CUT, além desses aspectos mais gerais, é preciso registrar que o eventual "congelamento" das despesas, em termos reais, "poderá levar a dificuldades ainda maiores no campo das negociações entre o Executivo e o funcionalismo", atualmente em greve. (*Agência CUT Notícias, 06.07.2005*)

São Paulo, 30 de junho de 2005

Excelentíssimo Sr. Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Senhor Presidente,

A Central Única dos Trabalhadores, por mim representada, vem manifestar-lhe a preocupação com algumas das propostas de reforma fiscal em discussão pelo governo de V.Excia. e que vêm sendo veiculadas pela imprensa.

Desde já, cabe reconhecer que estas propostas, centradas no conceito do "Déficit Nominal Zero", têm o mérito de sugerir alternativas cujo objetivo é criar condições para o equilíbrio fiscal em médio prazo, com a conseqüente redução das taxas de juros e redução da dívida pública.

No entanto, entre as medidas sugeridas, está o aumento da desvinculação de receitas da União e o "congelamento", em termos reais, das despesas obrigatórias e de custeio do setor público. Estas medidas são motivo de grande apreensão de nossa parte.

Sabemos que a vinculação de receitas para a área social (seguridade, saúde e educação, principalmente) foi uma conquista da Constituição de 1988. Foi a vinculação de receitas da União, Estados e Municípios que garantiu que as áreas sociais não fossem plenamente atingidas pelas políticas fiscais restritivas implementadas ao longo dos últimos quinze anos, preservando um padrão mínimo aceitável de resultados, como a universalização do ensino entre crianças de 7 a 14 anos, a implantação e consolidação do SUS e a concessão de Previdência Rural.

Além desses aspectos mais gerais, queremos registrar que o eventual "congelamento" das despesas, em termos reais, poderá levar a dificuldades ainda maiores no campo das negociações entre o Executivo e o funcionalismo.

Certos de que V. Excia compartilha igualmente de nossas preocupações, e de que saberá manifestá-las nos programas de ajuste fiscal ora em debate, colocamo-nos à sua inteira disposição.

Respeitosamente,

Luiz Marinho
Presidente Nacional da CUT

Déficit zero?

Paulo Nogueira Batista Jr.

Os economistas, mesmo os mais sofisticados, têm uma atração fatal por regras simples. Se fosse possível guiar-se por elas, seria uma maravilha. Infelizmente, essas regras costumam revelar-se ineficazes ou insustentáveis.

O mais recente exemplo dessa atração é a proposta apresentada pelo deputado Delfim Netto. Trata-se de um economista de grande experiência e inegáveis méritos. Desde os tempos de Fernando Henrique Cardoso, tem sido um dos críticos mais argutos da ortodoxia de galinheiro que comanda a política econômica.

Bem. Agora parece que resolveu entregar os pontos. Quer produzir, via emenda constitucional, uma espécie de choque de credibilidade fiscal e alcançar, assim, uma rápida redução da taxa de juro. A sua proposta é, na realidade, uma versão radicalizada da política econômica atual.

Desde o início do governo Lula, os economistas da equipe do ministro Palocci recorrem a argumentos semelhantes para justificar o aumento do superávit primário nas contas públicas. A confiança gerada pelo superávit primário e por reformas fundamentais como a da Previdência Social, diziam eles, permitiria a diminuição das taxas de juro. O superávit primário aumentou, saiu a reforma da Previdência, mas as taxas de juro continuaram na estratosfera...

"Aumentem a dose", recomenda o ex-ministro Delfim. Uma emenda constitucional estabeleceria a eliminação até 2009 do déficit nominal do setor público, que corresponde à diferença entre a despesa líquida de juros e o superávit primário. Em outras palavras: o setor público teria que gerar um superávit primário pelo menos igual à conta de juros. A aprovação dessa emenda constitucional despertaria tal credibilidade que surgiria "instantaneamente uma expectativa de baixa do juro real", garante Delfim. A diminuição dos juros reativaria a economia e permitiria zerar o déficit com níveis suportáveis de superávit primário, não muito mais altos do que os atuais.

Ovo de Colombo? Não me parece. Do ponto de vista macroeconômico, não é recomendável impor uma regra que retira flexibilidade da política fiscal. A economia está sempre sujeita a choques e eventos inesperados. Em determinadas circunstâncias, um déficit nas contas públicas pode ser inevitável e até recomendável.

É o que acontece, por exemplo, se prevalece uma tendência recessiva. Nesse caso, o déficit fiscal tende a aumentar automaticamente, seja porque as receitas tributárias diminuem, seja porque aumentam certas despesas públicas, como a assistência a trabalhadores desempregados. E é bom que assim seja, pois essas variações de receita e despesa amortecem a recessão (são os chamados estabilizadores automáticos).

Freqüentemente, os governos reforçam os estabilizadores automáticos com a adoção de políticas fiscais deliberadamente expansionistas, de caráter "anticíclico" ou anti-recessivo, envolvendo diminuição de impostos e/ou aumentos de investimentos e outros gastos do governo. No Japão, cuja economia atravessou grave crise recessiva, o déficit público do governo geral (exclusive transações da seguridade social) tem oscilado entre 6% e 8% do PIB desde 1999. Nos EUA, a recessão do início do governo Bush foi enfrentada, em parte, com um rápido aumento do déficit público, que alcançou (no mesmo conceito) mais de 4% do PIB.

Não passa pela cabeça dos americanos ou dos japoneses fixar um teto para o déficit público. Quem o faz são os países da zona do euro, mas sem o radicalismo sugerido pelo ex-ministro Delfim. Lá o teto para o déficit é 3% do PIB. Mesmo assim, vários países (Alemanha e França, por exemplo) têm se revelado incapazes de respeitá-lo.

Duas observações finais. Primeira: não tem cabimento fixar variáveis de política econômica na Constituição. A Constituição brasileira sempre foi criticada por ser excessivamente detalhista. Ironicamente, muitas das mesmas pessoas que faziam esse tipo de crítica e se insurgiam, com razão, contra a presença de um teto para a taxa de juro no texto constitucional (já eliminado), agora aparecem como entusiastas do déficit zero constitucional...

Segunda observação (de mau gosto, reconheço): na Argentina, o malfadado governo De la Rúa, depois de ter sido seriamente abalado por denúncias de corrupção, foi induzido pelo ministro da Economia, Domingo Cavallo, a radicalizar a política econômica e a comprometer-se com uma meta de déficit zero. De la Rúa não terminou seu mandato.

Paulo Nogueira Batista Jr., 50, economista e professor da FGV- EAESP, escreve às quintas-feiras nesta coluna. É autor do livro "O Brasil e a Economia Internacional: Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional" (Campus/Elsevier, 2005). E-mail: pnbjr@attglobal.net

Encontro Internacional de Trabalhadores da Ford

Os Trabalhadores na Ford e seus sindicatos em parceria com TIE-Brasil preparam o Primeiro Encontro Internacional dos Trabalhadores na Ford que acontecerá de 09 a 17 de julho de 2005 nos estados de São Paulo e Bahia, Brasil.

Participarão deste encontro Trabalhadores da Argentina, Brasil, Canadá, Espanha, EUA, México e Rússia.

O programa do encontro prevê visitas a São Bernardo do Campo, Taubaté e Camaçari onde os Trabalhadores encontrar-se-ão com Trabalhadores e Sindicalistas de cada região citada e intercambiarão experiências e informações.

Esta atividade conta com o apoio e co-organização da Rede de Mulheres Sindicalistas do México, TEL-Argentina, TIE-Norte América e TIE-Moscou. (Sérgio Bertoni) (*TIE-Brasil, 02.07.2005*)

Comissão de Jovens da CCSCS

A Comissão de Jovens da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) realiza nesta quinta e sexta (7 e 8 de julho), com apoio da CUT, CGT e Força, um seminário nacional para debater políticas públicas de primeiro emprego no Brasil.

O objetivo do evento, que conta com parceria da CCOO (Comissões Obreras de Espanha) é, a partir da análise das experiências em nosso país, subsidiar a formação de uma proposta de trabalho para o conjunto da juventude do Mercosul.

AVANÇAR - De acordo com Marcos Emílio, coordenador da Comissão de Jovens da CCSCS e dirigente nacional da juventude da CUT, já havia uma preocupação com o tema, que ganhou mais peso com a criação de um Comitê de Alto Nível para debater a questão do emprego no Mercosul. "O Comitê tem a participação de governos, empresários e trabalhadores, o que nos estimulou a aprofundar ainda mais o debate para contribuir na formulação de uma proposta de políticas públicas de primeiro emprego no âmbito regional", declarou Marcos. Segundo o dirigente cutista, mesmo que ainda limitado, o Programa Primeiro Emprego, do governo federal, é uma importante referência para toda a juventude do Mercosul. "Vamos analisar as conquistas e também pontuar os problemas para avançar", concluiu.

A abertura do seminário será amanhã às 19 horas no Hotel Bourbon São Paulo, rua Vieira de Carvalho, 99, centro da capital paulista. (Leonardo Severo) (*Agência CUT Notícias, 07.07.2005*)

Programa:

DIA 7/7, quinta-feira:

19 horas – Abertura

Representante da CGT

Representante da CUT

Representante da Força Sindical

Coordenador da Comissão de Jovens da CCSCS

19:30 – Exposição: A intervenção sindical no Mercosul

Expositor: Manoel Messias Melo, representante da CUT no Fórum Consultivo Econômico Social – FCES do Mercosul e membro da Direção Nacional da CUT

DIA 8/7, sexta-feira:

9 horas – Mesa 1: A realidade da juventude trabalhadora no Mercosul

Expositor: OIT*

Expositora: Suzanna Sochaczewski - DIEESE

10:30 – Mesa 2: Políticas públicas de Primeiro Emprego

Expositor: Ricardo Cifuentes – MTE

Expositor: Antonio Viana Balbino – Prefeitura de Santo André

13:00 horas – Almoço

14:30 horas – Mesa 3: Experiências e práticas de trabalho da juventude

Expositora: Maria Carla Corrochano – Ação Educativa

Expositor: Antonio José Rollas de Brito – Coordenador Metodológico do Consórcio Social da Juventude da Cidade de São Paulo

17 horas – Encerramento

ThyssenKrupp na Alemanha e no Brasil

ThyssenKrupp - de Düsseldorf a Guaíba é uma publicação do Observatório Social Europa que apresenta um retrato do grupo pelo ponto de vista dos trabalhadores na Alemanha e no Brasil.

Editada em alemão e português, visa contribuir para uma melhor compreensão da situação dos assalariados da empresa nos dois países - um pré-requisito para o desenvolvimento de ações conjuntas que levem a melhorias nas condições de vida e trabalho. Em cooperação com o Observatório Social no Brasil, foram pesquisadas as fábricas das empresas alemãs ThyssenKrupp, Bayer e Bosch, bem como as filiais das holandesas Akzo Nobel, Philips e Unilever no Brasil.

O foco concentrou-se na observância das normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT): liberdade de organização sindical e negociação coletiva; proibição da discriminação de raça e gênero; proibição do trabalho infantil; proibição do trabalho escravo; segurança e saúde no local de trabalho.

Cerca de 1.200 filiais de empresas alemãs atuam no Brasil, entre elas a ThyssenKrupp. Uma das suas várias sucursais situa-se em Campo Limpo, nas imediações da capital paulista, e produz virabrequins para a indústria automobilística. A ThyssenKrupp Fundições mantém duas unidades - uma em Minas Gerais, outra no Rio de Janeiro. E a ThyssenKrupp Elevadores tem sua sede e unidade de produção no município de Guaíba, Rio Grande do Sul.

Acordou-se com a direção das empresas que os problemas constatados nas pesquisas seriam discutidos com os sindicatos e sistematizados num catálogo de medidas para a melhoria da situação. No caso da ThyssenKrupp, isso diz respeito especialmente à fundição em Barra do Piraí (RJ), onde o Observatório Social constatou índices mais elevados de acidentes de trabalho.

A direção da empresa elaborou um programa de investimentos, além de uma nova concepção de segurança. Um passo importante para a organização dos trabalhadores foi fundação, em agosto de 2004, de uma Comissão de Coordenação Brasileira dos sindicatos atuantes na ThyssenKrupp. (*Observatório Social*)

[Clique aqui para baixar a versão digitalizada da publicação](#)

Contra a globalização neoliberal

O encontro de Centrais Sindicais da Ásia (Sigtur), realizado no final de junho em Bangkok, reuniu as mais expressivas lideranças da região para ampliar a mobilização pelos direitos sociais e trabalhistas, preparando uma intervenção conjunta na próxima rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Hong Kong.

A CUT esteve representada no evento pelos seus diretores Ari Alorald do Nascimento e Rafael Freire que, além do apoio à luta contra a globalização neoliberal, expuseram as experiências brasileira em defesa da soberania nacional e da Coordenação das Centrais Sindicais do Mercosul por uma integração solidária e contra as privatizações.

Ari ressaltou a importância do estreitamento de relações entre as várias organizações: "No Mercosul, temos uma convivência muito sólida com várias centrais e isso potencializa as nossas reivindicações. Por isso é importante o papel desempenhado na Ásia pela KCTU (Coreia do Sul), que tem grande peso político e torna-se um importante ponto de contato para alavancar as mobilizações"

"No evento, destacamos nossa experiência de integração com os movimentos sociais, ressaltando que embora existam especificidades nas reivindicações, há uma luta comum que deve nortear todas as nossas ações. Esta compreensão é fundamental para que na próxima rodada da OMC façamos uma grande manifestação em defesa dos direitos dos trabalhadores", declarou Ari. O líder bancário gaúcho afirmou que há muita curiosidade sobre a forma de como se organizam os diversos segmentos como educação, campo e saúde, dentro da CUT. "Somos uma central sindical operária com compromissos de esquerda e isso atrai muito interesse de todas as organizações. Tivemos uma agenda cheia, onde procuramos colaborar para que os companheiros ampliem cada vez mais sua base de sustentação, elemento chave para a vitória", ressaltou.

Participaram do evento delegações da Indonésia, Filipinas, Coreia do Sul, Tailândia e Índia. Além da CUT, de fora do continente asiático, também esteve representada a central sindical sul-africana (Cosato). (Leonardo Severo) (*Agência CUT Notícias, 06.07.2005*)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>